



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

22/07/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Desindustrialização: 9,6 mil empresas e um milhão de empregos são perdidos na indústria desde 2011

Desde 2011, o número de empresas industriais teve a sétima queda consecutiva, com a perda de 2,865 mil empresas (-0,9%) frente a 2019. Desde 2013, ponto mais alto da série de 10 anos, a redução foi de 9,4% (31,4 mil empresas). Em 2020 o setor industrial ocupava 7,7 milhões de pessoas, das quais 97,4% operavam nas indústrias de transformação. A indústria perdeu 1,0 milhão postos de trabalho entre 2011 e 2020. Frente a 2013, o ponto mais alto do decênio analisado, houve uma perda de 15,3% das vagas.

Em 2020, o país tinha 303,6 mil indústrias com uma ou mais pessoas ocupadas, sendo 6,3 mil indústrias extrativas e 297,3 mil indústrias de transformação. Essas empresas geraram R\$ 4,0 trilhões de receita líquida de vendas (R\$ 274,6 bilhões na indústria extrativa e R\$ 3,7 trilhões na indústria de transformação) e pagaram R\$ 308,4 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações. Os dados são da Pesquisa Industrial Anual (PIA) Empresa, que abrange as indústrias extrativas e de transformação.

“Vimos uma tendência de redução do número de empresas desde 2014, início da crise. Entre 2019 e 2020, houve uma queda de 0,9% no número de empresas, sendo 0,8% nas indústrias extrativas e 0,9% nas indústrias de transformação. Também houve queda de 1,2% no número de unidades locais frente a 2019, sendo 1,3% nas extrativas e 1,1% nas indústrias de transformação”, analisa a gerente de Análise Estrutural, Synthia Santana.

Entre 2011 e 2020, mais da metade perdas de postos de trabalho foi nos setores de Confecção de artigos do vestuário e acessórios (258,4 mil), Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (138,1 mil) e Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (134,2 mil).

Já os maiores ganhos ocorreram na indústria alimentícia, principal empregadora do setor, seguida da indústria de fabricação de produtos não-metálicos e de produtos de borracha e material plástico. Como a criação de novas vagas se deu, sobretudo, em setores com salários mais baixos, o salário médio da indústria caiu em 2020.

Em 10 anos, o salário médio na Indústria caiu de 3,5 s.m. para 3,0 s.m. Mesmo pagando os salários mais elevados, as Indústrias extrativas tiveram uma redução no salário médio, passando de 6,1 s.m. em 2011 para 4,6 s.m. em 2020. Nas Indústrias de transformação, o salário médio caiu de 3,5 s.m. em 2011 para 2,9 s.m. em 2020.

Ante 2019, o salário médio caiu de 3,2 para 3,0 s.m.: nas indústrias extrativas ele se manteve em 4,6s.m. e nas indústrias de transformação, caiu de 3,1 para 2,9 s.m.

O porte médio das empresas caiu de 28 para 25 empregados. As indústrias extrativas permaneceram com a média de 32 pessoas por empresa em 2011 e em 2020. Nas indústrias de transformação, essa média caiu de 28 para 25 pessoas, no período.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 22 de julho.

Saúde física e mental preocupa menos que a financeira, diz pesquisa

Estudo da SulAmérica sobre a percepção dos brasileiros em relação ao conceito de saúde integral, que reúne saúde física, mental e financeira, conclui que a saúde financeira ainda é a maior preocupação.

Cerca de 47% indicam as finanças pessoais como a grande tensão do momento, ante 44% no monitoramento realizado no ano passado.

Na comparação com o levantamento de 2021, a preocupação com a questão financeira cresceu mais entre os baby boomers e a geração Z.

Mais de 60% dos entrevistados responderam que estão pensando mais ao gastar dinheiro e já promoveram alguma redução nos gastos de casa.

Saúde física e emocional ficaram com 27% e 26% respectivamente.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 22 de julho.

Com teto de gastos até 2027, dívida fica abaixo de 70% do PIB, diz Tesouro

Com o teto de gastos da forma atual até 2027, a dívida bruta do governo chega a um nível abaixo de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2031, segundo estimativas do Tesouro Nacional. O governo projeta queda da dívida em dez anos, de 80,3% em 2021 para 69,9% em 2031. No último ano do governo Jair Bolsonaro, ficará em 78,3%.

No relatório, já embute a correção do teto de gastos de 1,5% acima da inflação a partir de 2027, quando a emenda que criou a regra prevê a possibilidade de revisão da principal âncora fiscal brasileira.

É a primeira vez que o Tesouro publica uma trajetória de projeções com prazo tão longo, antes usada somente para consumo interno. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o prazo é de três anos. O relatório está sendo destrinchado pelos analistas do mercado financeiro porque contém hipóteses com informações a que somente o governo tem acesso, inclusive com a evolução dos gastos com precatórios (despesas que a União é obrigada pela Justiça a pagar), concessões, pagamento de dividendos e devolução de empréstimos do BNDES.

"É um documento que é construído há mais de cinco anos, que abre um debate técnico. Um debate sujeito a críticas, que são sempre bem-vindas", disse ao Estadão o subsecretário da Dívida Pública do Tesouro, Otávio Ladeira. Ele lembra que o Tesouro foi criticado por ter sido otimista na estimativa da dívida durante a pandemia, enquanto no mercado circulavam projeções em que o endividamento bateria 100% do PIB.

Ladeira disse que, com o teto mantido ainda que com um ajuste, as despesas primárias caem de 18,6% para 15,3% do PIB em 2031. "Mesmo com alguma reformulação que pode ser feita no teto, e a nossa hipótese preserva o princípio dele, ele presta um serviço muito importante do ponto de vista da consolidação fiscal", ressaltou. "Nosso cenário é que rompemos para baixo os 80%, e não voltamos mais para ele.

No entanto, como mostrou o Estadão, a mudança no teto deverá ser antecipada no próximo governo, conforme as sinalizações das campanhas dos principais candidatos, inclusive por Bolsonaro, que já reclamou publicamente do teto e pediu mudanças ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para abrir espaço para mais gastos com obras e investimentos num eventual segundo mandato. Guedes é favorável ao ajuste.

O relatório prevê que as contas do governo passem para o azul dez anos após entrar seguidamente no vermelho. A previsão é de um superávit de 0,2%, saltando para 2,5% do PIB ao final do período.

Com a mudança de déficit para superávit, a dívida pública diminui ao longo da década, chegando a 70% do PIB, mas ainda longe dos demais países emergentes (próximo de 60%). O Tesouro projeta receitas maiores, o que explica o resultado fiscal ficar positivo já em 2024.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 22 de julho.

Leite dispara no campo em julho e vai pesar ainda mais no bolso do consumidor

O preço do leite longa vida acumula 19,4% de aumento nos supermercados nos últimos 30 dias, segundo a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Essa conta ficará ainda maior quando o novo preço do campo for incorporado pelas indústrias e chegar ao varejo.

Nas pesquisas do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) o litro do leite deverá chegar a R\$ 3,10 no campo neste mês, com alta de 15% em relação ao mês passado. Até junho, a alta real foi de 19% no ano.

O preço está nesse patamar devido à oferta, diz Natália Grigol, pesquisadora do Cepea. A produção de leite tem um ciclo de período longo, e o setor está vivendo agora os reflexos do passado.

Sem margens, os produtores pararam de investir e muitos saíram da atividade. O resultado foi uma redução drástica da oferta. Além desses fatores, a produção está no período de entressafra, quando as condições das pastagens se deterioram.

Com menos leite, os preços subiram e os produtores passaram a ter margens melhores, apesar de a demanda não estar nos melhores momentos devido à queda de renda dos consumidores.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 22 de julho.